



## INOVAÇÃO EM EDUCAÇÃO: O TRABALHO DO PROFESSOR BILÍNGUE

Gláucia da Silva Cavalcante<sup>1</sup>  
Mylena Raquel da Silva Alves<sup>1</sup>  
Magno Alexon Bezerra Seabra<sup>2</sup>

### INTRODUÇÃO

A escolha da temática se deu através de uma proposta disciplinar, articulada entre as disciplinas de Educação e Trabalho e, Educação e Tecnologia, no curso de Pedagogia da Universidade Federal da Paraíba, visando a articulação da proposta curricular de ambas. Houve ainda a influência de um interesse pessoal, baseado no desejo de se aprofundar a temática, tendo em vista, a pouca circulação de materiais acadêmicos no contexto brasileiro, o que nos chama muita atenção, já que, no Brasil há uma variedade linguística considerável, ocasionada pelo fluxo de imigração e a população nativa.

A relevância científica se estabelece ao passo que, a circulação de conteúdos é baixa, conseqüentemente, o conhecimento em torno da temática também o é e, a ausência de regulamentação específica para a modalidade de ensino, que resulta na ausência de formação específica e, na ausência de profissionais qualificados. Com base nisso, queremos entender o que se exige do profissional bilíngue no momento de sua contratação, para que possamos verificar quais habilidades e competências se fazem necessárias. A metodologia utilizada para a construção da pesquisa foi a pesquisa bibliográfica. Revisitamos as literaturas existentes no Brasil acerca da temática e trouxemos para integrar o corpo de referencial teórico autores como: Salgado; Matos; Correa e Rocha (2009), Megale e Liberali (2016), Damasceno (2013), David e David.

Neste trabalho buscamos identificar qual a formação necessária e quais competências são exigidas do professor bilíngue, e dentre outros objetivos estão, esclarecer do que se trata uma escola bilíngue, refletir acerca do contexto histórico do bilinguismo no Brasil, identificar qual é o campo de atuação do professor bilíngue, relatar quais competências são necessárias ao profissional da área e, por fim, descrever

---

<sup>1</sup> Graduandas no Curso de Pedagogia, na Universidade Federal da Paraíba.

<sup>2</sup> Professor Doutor do Curso de Pedagogia, na Universidade Federal da Paraíba, Orientador da pesquisa.



uma prática docente em uma escola bilíngue baseada numa entrevista com um profissional atuante.

## **RESULTADOS E DISCUSSÃO**

Atualmente existem várias maneiras de se referir à aquisição de outras línguas, dentre elas, bilinguagem, bilinguismo e bilíngue. A terminologia adotada para este trabalho é bilinguismo. E o “bilinguismo é o termo usado para a situação em que o indivíduo fala duas ou mais línguas” (SALGADO; MATOS; CORREA e ROCHA, 2009, p. 8044). Deve-se sempre ser considerada a língua materna e a língua adquirida ou incorporada, não necessitando que o sujeito entenda completamente ambas, mas, que seja capaz de comunicar-se através delas, pois,

são poucas as pessoas bilíngues que manifestam as suas línguas igualmente porque ou adquiriram uma língua mais completamente que a outra, ou porque usam uma língua mais freqüentemente que as suas outras que, certamente, foram adquiridas em graus variados (SALGADO; MATOS; CORREA e ROCHA, 2009, p. 8044).

Em contraposição, “surgem propostas teóricas e metodológicas que divergem em suas classificações e definições do que seja ‘competência linguística’” (SALGADO; MATOS; CORREA e ROCHA, 2009, p. 8044). Nota-se que ainda não há de maneira concreta um ‘acordo’ para se referir ao que é de fato o bilinguismo e, conseqüentemente, o que se constitui como ensino bilíngue.

Através do mundo globalizado, da necessidade de estabelecer comunicação mundial e, da aquisição de competências para disputa no mercado de trabalho, dominar uma segunda língua é questão de necessidade, “um problema linguístico, um direito básico do ser humano, e uma fonte de enriquecimento cultural, de ascensão econômica e social e de aquisição de cidadania” (SALGADO; MATOS; CORREA e ROCHA, 2009, p. 8044). Logo, idealiza-se que nessa perspectiva, uma educação bilíngue é algo a ser incorporado aos sistemas de ensino como um recurso e um meio para exercício da cidadania.

Supõe-se que no Brasil já havia o bilinguismo desde os nativos, os indígenas. A necessidade de comunicação entre as tribos de línguas diferentes, provavelmente, gerou o conhecimento de outras línguas indígenas. Porém, o relato oficial data da colonização portuguesa no Brasil, para o efeito da catequização dos indígenas, os jesuítas precisaram



ter uma compreensão mínima do Tupi Guarani e os indígenas adquiriram conhecimento da língua portuguesa.

Embora, sabe-se que essa prática se encaixa como educacional, pois, houve de fato uma educação indígena para a civilidade, para o trabalho e para a fé, “somente no século XX o bilinguismo passou a acontecer dentro das salas de aulas” (DAMASCENO, 2013, p. 36). Com o processo migratório em grande escala, provocado pelas guerras e conflitos no início do século XX, surgiu a necessidade de uma educação bilíngue, visto que, muitos imigrantes ainda pretendiam retornar ao local de origem após as guerras e que outra parte ficaria aqui e, não gostariam de perder vínculo com sua origem, mas, também desejavam estabelecer vínculos com a nação brasileira. Para continuar educando os seus filhos na sua cultura e língua de origem, criaram cooperativas e escolas particulares que manteriam os costumes e tradições, ofertando o ensino na língua materna para manter as raízes e, o ensino da língua portuguesa brasileira para que conseguissem estabelecer a comunicação necessária ao convívio.

Em 1996 as Leis de Diretrizes e Bases (LDB) tornou obrigatório o ensino de línguas desde a quinta série, e em 2005 surgiu também a obrigatoriedade do espanhol (DAMASCENO, 2013, p. 36).

Embora a LDB (BRASIL, 1996) tenha instituído o ensino de outras línguas, como já foi referido acima neste trabalho, há uma contradição acerca do que de fato se constitui como educação bilíngue, fazendo com que não seja claro se essa proposta trazida pela LDB se enquadra como ensino bilíngue. Como não há consenso enquanto terminologia e modalidade de ensino, também não há parâmetros curriculares oficiais para o ensino bilíngue.

Quanto ao campo de atuação, destaca-se que no Brasil o número de escolas que se dizem bilíngues ainda é reduzido. De acordo com Megale e Liberali (2016), o total de escolas bilíngues no Brasil é de 224, sendo a maior quantidade localizada no Estado de São Paulo, com 104 escolas. No Estado da Paraíba, o total é de 5 escolas que ofertam essa modalidade de ensino. Com base nos dados, podemos verificar que é um campo em crescimento e muito promissor, embora seja um campo ainda indefinido, do ponto de vista legal.



Por não ser um campo definido, há uma indicação de critérios e habilidades que o profissional precisará ter ou desenvolver. “Além de uma boa e sólida formação linguística e cultural sobre a língua que pretende ensinar, o professor da escola bilíngue deve ser preparado para atender os diferentes propósitos das diferentes escolas bilíngues no Brasil” (SALGADO; MATOS; CORREA e ROCHA, 2009, p. 8045). Há ainda, a necessidade um profissional que saiba avaliar o projeto da escola e o projeto dos alunos.

Com base na discussão até aqui realizada, fica claro que o profissional para atuar nessa área deve obter uma formação adequada, derrubando, “o mito de que um ‘falante nativo’ é capaz de ensinar sua língua materna. Fosse assim, qualquer um de nós brasileiros poderia ensinar português” (SALGADO; MATOS; CORREA e ROCHA, 2009, p. 8047). Como não há regulamentação para a modalidade, a formação adquirida para ensino bilíngue é a formação em Letras, com a especificidade da língua que se deseja lecionar.

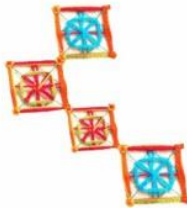
Logo, constata-se a necessidade de uma formação pedagógica que envolva a pesquisa e que tenha como objeto de estudo: a prática docente, o contexto de vivência do alunado, as experiências e ambições do alunado e, o conteúdo disciplinar da língua adotada pela instituição de ensino.

No esforço de explicitarmos como se configura a prática docente em uma escola bilíngue, entrevistamos um professor do ensino fundamental II, que daremos o codinome de Batista e, a este profissional foram dirigidas quatro questões para nortear o entendimento do papel do professor na educação bilíngue. Ao ser questionado sobre qual foi a formação ou as competências solicitadas para seu ingresso no corpo docente desta escola, o professor respondeu da seguinte maneira:

“A priori meu currículo deveria ter licenciatura na disciplina a ser ministrada ou áreas afins. Experiência na área e fluência em língua inglesa eram (SIC) um diferencial muito importante”.

(BATISTA)

Como se nota na fala do professor, a escola exige a formação para a atuação na disciplina e, experiência profissional atestada, bem como, fluência na língua inglesa. Quando indagado sobre de que forma é realizado na escola em que você trabalha o ensino bilíngue, obtivemos a seguinte resposta:



“A todo o tempo nas dependências da escola se fala os dois idiomas, que no nosso caso é o português e o inglês. Algumas disciplinas são ministradas na língua nacional e outras em língua estrangeira. O foco que se dá no estudo da língua portuguesa é igualmente percebido no estudo de língua inglesa. A grande maioria dos funcionários é fluente nos dois idiomas e não é raro ver os alunos se comunicando nos dois idiomas com proficiência desde os primeiros anos do ensino infantil até o fundamental”.

(BATISTA)

De acordo com a resposta do professor, percebe-se o estímulo igualitário dos idiomas ministrados pela escola, tanto entre os funcionários da escola, quanto pelos alunos desde as séries iniciais. Quando questionado sobre como se configura a sua prática docente para a efetivação do ensino bilíngue, Batista deu a seguinte resposta:

“Dos professores de uma disciplina ministrada em língua inglesa, é esperado que só se comuniquem com os alunos e com outros professores nesta língua, evitando ao máximo expressar-se em português. Isto também inclui escrever e ler”.

(BATISTA)

Logo, a prática docente do professor bilíngue, caso seja titular de disciplina em inglês, deve se dar por meio deste idioma, bem como, sua comunicação em toda a escola com alunos, professores e funcionários. Ao ser inquirido sobre quais são os principais desafios enfrentados por ele em sala de aula para o aprendizado bilíngue dos seus alunos, Batista nos conta que:

“Não há desafios muito pronunciados, seja pela metodologia oferecida ou pelo zelo (SIC) dos que integram a escola. Todavia, um melhor acompanhamento por parte dos pais, em casos isolados, traria melhores resultados”.

(BATISTA)

Batista não coloca desafios colossais para a efetivação do aprendizado dos alunos, porém, adverte que uma maior aproximação dos pais e responsáveis com a escola, elevaria significativamente a qualidade do aprendizado dos educandos.



## CONCLUSÃO

Através da realização desta pesquisa, conclui-se que o cenário para o ensino bilíngue ainda está em desenvolvimento e em processo de afirmação enquanto modalidade no país. Ainda há um longo percurso de definição legal para a regulamentação profissional, metodológica, curricular e, do funcionamento dos estabelecimentos de ensino. O percurso teórico também é longínquo, fazendo-se necessário o desenvolvimento de pesquisas para delineamento do campo e desdobramento de novas metodologias, materiais didáticos e etc.

Constata-se ainda, que o processo histórico do bilinguismo no Brasil desde o seu descobrimento favorece a expansão da modalidade e à facilidade de aceitação e procura por parte das famílias. O cenário global de diversidade cultural e linguística também é um excelente incentivo para aquisição da língua por meio do ensino bilíngue, pois, para um mundo globalizado a comunicação em mais de uma língua é fundamental.

No que concerne à prática docente, conclui-se de acordo com o entrevistado, que a utilização frequente do uso das duas línguas no ambiente escolar favorece a comunicação fluente da segunda língua e, que não há grandes desafios para o incentivo do aprendizado dos educandos pelas metodologias ou a modalidade de ensino, há uma carência de incentivo extraescolar.

## REFERÊNCIAS

BRASIL. Lei de diretrizes e bases da educação (1996). Brasília – DF. Disponível em: < [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/LEIS/L9394.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L9394.htm) >. Acesso em: 15 set. 2018.

DAVID. Ricardo Santos; DAVID. Renato Santos. **Professor, quanto mais cedo é melhor? O papel diferencial da educação bilíngue nos anos iniciais.**

DAMASCENO. Daniela de Campos. **Educação infantil bilíngue: um relato histórico.** Campinas – SP. 2013.

MEGALE. Antonieta ; LIBERALI. Fernanda. **Caminhos da educação bilíngue no Brasil: perspectivas da linguística aplicada.** São Paulo-SP. 2016.

SALGADO. Ana Claudia Peters; MATOS. Priscila Teixeira; CORREA. Tamires Huguenin; ROCHA. Waldyr Inbroisi. Formação de professores para a educação bilíngue: desafios e perspectivas. **EDUCERE.** Paraná. 2009.